

# *Superior Tribunal de Justiça*

**PET no RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 118.248 - CE (2019/0285407-1)**

**RELATOR : MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK**  
**REQUERENTE : J H F B**  
**ADVOGADOS : FÁBIO FÉLIX FERNANDES - CE019876**  
**ROMULO DE OLIVEIRA COELHO - CE019315**  
**REQUERIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ**

## **DECISÃO**

Trata-se de petição ajuizada em favor de J H F B, na qual se busca o deferimento liminar do relaxamento da prisão preventiva, com expedição de alvará de soltura.

O requerente informa a existência de fato novo que justifica o relaxamento da custódia antecipada. Assevera que foi disponibilizada a interceptação telefônica que deu origem à imputação e destaca que, da análise das conversas, observa-se que o paciente não corresponde à pessoa mencionada sob a alcunha de Riquim.

Reitera a alegação de inocência do paciente e a ausência dos requisitos previstos no art. 312 do CPP, bem como a suficiência da aplicação das medidas cautelares alternativas.

Requer o deferimento liminar da ordem, com o relaxamento da prisão preventiva, ou a concessão da liberdade provisória, ainda que mediante a aplicação de medida cautelar alternativa.

É o relatório.

Decido.

Nada a reconsiderar.

Conforme consignado na decisão que indeferiu a a medida liminar, não é possível identificar, de plano, o constrangimento ilegal aventado.

Assim, a análise quanto aos fundamentos da prisão preventiva deve ser feita de forma detida e minudente, mostrando-se temerário concluir pela expedição de alvará de soltura em juízo perfunctório de delibação não exauriente a fim de justificar o deferimento da pretendida liminar.

Portanto, a pretensão deve ser submetida à análise do órgão colegiado,

# *Superior Tribunal de Justiça*

oportunidade na qual poderá ser feito exame aprofundado das alegações relatadas após manifestação do *Parquet*.

Diante do exposto, **indefiro o pedido**.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 08 de outubro de 2019.

**MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK**

Relator

